

AS PRIMEIRAS MEDIDAS

Forte restrição aos gastos públicos e ao crédito. Mas os ministros dizem: não haverá recessão.



- 1** Corte adicional de 10% nos gastos públicos, a ser aplicado juntamente com redução de 15%, determinada antes pelo ex-presidente Figueiredo, mas até agora não cumprida. Com isto, a redução das despesas do governo poderá alcançar de Cr\$ 15 a 20,5 trilhões, segundo estimativas de técnicos oficiais.
- 2** Suspensão por 60 dias dos financiamentos dos bancos federais: Banco do Brasil, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, Caixa Econômica Federal, Banco do Nordeste do Brasil e Banco da Amazônia. O governo fará uma programação específica para levantar recursos para a agricultura e exportações.
- 3** Revisão, pelo Banco Central, durante 90 dias, dos repasses para o crédito rural inclusivo custeio — e industrial. Isto implicará a suspensão da liberação de recursos para a agroindústria e as exportações. É possível, contudo, que o governo abra exceções para evitar o impacto negativo da medida.
- 4** Fixação de cotas mensais de recursos disponíveis para cada ministério. Os desembolsos serão automáticos e, no caso de necessidade de recursos adicionais, o Poder Executivo submeterá um pedido de crédito especial ao Congresso. As cotas serão fixadas pela Comissão Financeira do Ministério da Fazenda.
- 5** Proibição de contratação de pessoal até o final deste ano. A medida atinge a administração pública direta e indireta, além de fundações que recebem recursos do orçamento da União. Não haverá contratações nem mesmo em casos excepcionais. Os novos ministérios receberão funcionários de outros órgãos públicos.
- 6** Punição rigorosa para os dirigentes de empresas ou órgãos públicos, da União, Estados ou Municípios, que não pagarem em dia os seus compromissos externos, obrigando o Banco do Brasil a fazê-lo. O débito será acrescido de correção monetária e de multa de 10%, e haverá bloqueio da conta do órgão no BB.
- 7** Fiscalização da aplicação da Resolução 991 do Banco Central, que autoriza a rolagem de apenas 90% do principal da dívida do setor público junto a instituições financeiras privadas. O governo diz que a medida permitirá folga de recursos para o setor privado nos próximos meses, apesar do corte de despesas.

Apesar de serem medidas duras (veja ao lado), as primeiras definições do governo Tancredo foram elogiadas por empresários, que concordam: elas não devem implicar aumento das taxas de juros.



A primeira medida econômica do governo Tancredo Neves saiu ontem: um pacote, que prevê um corte drástico nos gastos públicos (estimado entre Cr\$ 15 e 20,5 trilhões). Apesar do vulto do corte, o secretário-geral do Ministério da Fazenda, Sebastião Vital, aprofundou-se em afirmar que a medida não recolocará a economia numa recessão; pelo contrário, servirá para combater a inflação e baixar os juros.

O decreto-lei assinado pelo presidente em exercício José Sarney fala em redução de 10% na despesa do orçamento, mas fontes de Brasília dizem que o corte, na prática, será de 25%, já que será somado à igual medida determinada em 31 de dezembro passado pelo então presidente João Figueiredo, mas que ainda não foi posta em execução.

No corte determinado por Figueiredo, houve muitas exclusões, como gastos com pessoal e no Exterior, além de transferências a Estados e Municípios. No corte do atual governo, só ficam de fora as despesas com pessoal. Somente dentro de 30 dias se terá uma avaliação do montante do corte, mas alguns técnicos antecipam que será de Cr\$ 15 trilhões, e outros que poderão alcançar 20,5 trilhões — ou seja, de 15 a 20% da dívida pública interna.

Na exposição de motivos que acompanha o decreto, os ministros da Fazenda, Francisco Dornelles, e do Planejamento, João Sayad, lembram que, nos últimos meses, foram autorizadas despesas excepcionais, em número significativo, para contratação de pessoal.

Três meses sem gastos

Durante os próximos três meses, o setor público não fará absolutamente nenhum gasto, enfatizou o secretário-geral da Fazenda, Sebastião Vital. Para ele, porém, isso não significa uma contenção drástica, mas uma revisão de prioridades, dentro das diretrizes do governo de Tancredo Neves. As medidas explicadas por Vital e por João Batista de Abreu, secretário de Assuntos Econômicos, são estas:

1. Corte adicional de 10% nos gastos públicos: a medida vai permitir uma sobra de recursos para cobrir despesas já efetuadas, principalmente com a concessão de reajustes salariais acima e tetos originalmente previstos. Os ministérios terão prazo de 30 dias para fazer um completo levantamento de onde podem cortar — se em material, automóveis, passagens, diárias de pessoal — e quais as suas prioridades.

2. Os bancos federais (BB, BNDES, CEF, BNB e Basa) suspendem os financiamentos por 60 dias. No caso do Banco do Brasil e do Banco Central, o Ministério da Fazenda deverá elaborar uma programação monetária específica, para descobrir fontes de recursos para agricultura e exportações. E a Caixa Econômica Federal, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, Banco do Nordeste e Banco da Amazônia terão inclusivo de examinar financiamentos já contratados, mas não liberados ainda. Só está autorizada a rolagem das dívidas: no caso do setor público, só haverá rolagem de 90% do principal corrigido, com pagamento obrigatório dos juros. No caso do setor privado, rolagem integral do principal, com pagamento obrigatório dos juros.

Crédito rural

3. O Banco Central suspenderá por 90 dias as aplicações da carteira de fomento. Será feita uma revisão nos repasses para crédito rural — inclusivo custeio — e industrial, o que implica necessariamente a suspensão de liberação de recursos para agroindústria e exportadores.

4. Descentralização financeira: a Comissão de Programação Financeira do Ministério da Fazenda montará um fluxo de caixa do governo, estabelecendo as cotas mensais de recursos disponíveis para cada Ministério. Com isso, evitam-se as angustiantes corridas de ministros à Fazenda, na tentativa de ver liberados os recursos para sua pasta. Os desembolsos serão automáticos e, no caso da necessidade de recursos adicionais, o poder Executivo submeterá um pedido de crédito especial ao Congresso Nacional.

5. Proibição de contratação de pessoal até 31 dezembro de 1985. A medida atinge a administração pública direta e indireta e fundações que recebem recursos do orçamento da União. Não haverá contratação nem mesmo em casos excepcionais, o que significa que o presidente da República não analisará nenhum pedido de contratação adicional de pessoal. Os novos funcionários do governo entram sob o regime de reposicionamento. Nos novos ministérios, haverá remanejamento de funcionários.

Penalidades

6. Aplicação rigorosa das penalidades previstas em lei para quem utiliza o Aviso GB-588. Isto significa que a estatal, Estado ou município que não honrar seus compromissos externos, tendo o Banco do Brasil que fazê-lo, sofrerá as punições previstas no Decreto-Lei 2.169/80. O débito será corrigido monetariamente, acrescido de multa de 10%, e haverá bloqueio de sua conta no BB. Além disso, o diretor da estatal poderá ser punido com rigor pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional. O Ministério da Fazenda pretende, com a medida, induzir as empresas públicas a darem prioridade ao pagamento de sua dívida externa.

7. Fiscalização da rolagem da dívida do setor público. O ministro da Fazenda mandou o presidente do Banco Central proceder a uma rigorosa fiscalização da aplicação da Resolução 991, do BC, que autoriza a rolagem de apenas 90% do principal da dívida do setor público não-financeiro junto às instituições financeiras privadas. Este teto não estava sendo cumprido.

"O meu Dallari"

O ministro Francisco Dornelles apresentou ontem seus principais assessores: o secretário-geral, Sebastião Vital; o assessor econômico, João Batista de Abreu; o assessor especial, Luís Carlos Piva; o assessor internacional, Alvaro Alencar.

Ao apresentar o novo titular da Seap (Secretaria Especial de Abastecimento e Preços), João Rocha da Silva, disse: "Este é o meu Dallari". Referindo-se a Luís Romero Patury Acioly, novo secretário da Receita Federal, disse: "Eis o novo Leão", ao que um jornalista retrucou: "E o senhor, o dono do circo".